

Plano Diretor Municipal Figueiró dos Vinhos



Junho 2015 | Município de Figueiró dos Vinhos

Avaliação Ambiental Estratégica Resumo Não Técnico

Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura
Rua de S. Sebastião 191, 1º Dto. 3810-187 Aveiro | tel. / fax. 234426985
www.lugardoplano.pt | lugardoplano@lugardoplano.pt



ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	OBJETIVOS	4
3.	OBJETO DE AVALIAÇÃO	4
4.	METODOLOGIA	6
5.	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	7
6.	FATORES CRÍTICOS DE DECISÃO	9
	6.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	12
	6.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza	13
	6.3. Património Cultural	13
	6.4. Qualidade Ambiental	14
	6.5. Riscos Ambientais	15
7.	OPORTUNIDADES E AMEAÇAS PARA O AMBIENTE	16
8.	DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO	19
9.	QUADRO DE GOVERNANÇA	26
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27

1. Introdução

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) constitui um procedimento de avaliação de planos e programas, obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio), que assim consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE, de 25 de Junho.

O principal objetivo da AAE é estabelecer um nível elevado de protecção do ambiente e promover a integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de políticas, planos e programas, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

De acordo com o Artigo 5.º da Diretiva 2001/42/CE, sempre que seja necessário proceder a uma avaliação ambiental, deve ser elaborado um relatório ambiental no qual serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.

O relatório ambiental deve incluir as informações que razoavelmente possam ser necessárias, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do plano ou do programa e a sua posição no processo de tomada de decisões.

No que diz respeito ao Envolvimento Público e Institucional e de acordo com o n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro), bem como do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio), após a elaboração do Relatório Ambiental, e previamente à sua aprovação, a proposta de plano e o respetivo Relatório Ambiental serão sujeitos a Discussão Pública. Neste contexto, de forma a assegurar um processo participativo, é instituída a consulta pública à qual o presente Resumo Não Técnico da AAE dá suporte.

2. Objetivos

A Avaliação Ambiental Estratégica tem como **objetivos globais**:

- Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
- Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (win-win) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
- Detetar problemas e oportunidades, sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
- Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
- Produzir contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

Assim, com a aplicação da AAE pretende-se estabelecer um **nível elevado de protecção do ambiente** e contribuir para a integração das considerações ambientais nas diversas fases de preparação dos planos.

3. Objeto de Avaliação

Constitui objeto de avaliação do presente relatório a **proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Figueiró dos Vinhos**. Em conformidade com o artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro), os planos municipais de ordenamento do território estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia da qualidade ambiental.

Relativamente à proposta de revisão do PDM de **Figueiró dos Vinhos**, aquando da elaboração do RFC, identificaram-se as seguintes **opções estratégicas**:

- Opção 1 – Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas.
- Opção 2 – Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais.
- Opção 3 – Potenciar a Economia do Concelho.
- Opção 4 – Requalificação Territorial e Urbana.

Para facilitar a compreensão do enquadramento das opções estratégicas preconizadas, foram definidos os respetivos objetivos estratégicos associados (Quadro 1).

Quadro 1 - Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos e os respetivos Objetivos Estratégicos

Opções Estratégicas	Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos
Consolidação da Rede de Equipamentos e infra-estruturas	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a centralidade municipal de Figueiró dos Vinhos, com oferta em termos de equipamentos, culturais e de serviços, e diversidade e qualidade de espaços públicos. • Promover a equidade territorial com níveis adequados de serviço às populações e acessibilidades qualificadas. • Melhoria dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e do sistema de gestão de resíduos.
Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Salvaguardar os valores naturais. • Proteger e valorizar a paisagem, os recursos hídricos e sistemas de regadios tradicionais. • Prevenir e minimizar riscos ambientais. • Estabelecer percursos articulados de paisagem e monumentos.
Potenciar a Economia do Concelho	<ul style="list-style-type: none"> • Criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos. • Tirar partido da proximidade de Figueiró dos Vinhos com a Serra da Lousã quer no desenvolvimento da atividade florestal e da silvicultura e turismo com o aproveitamento das formas tradicionais de ocupação rural e produtos locais (artesanato e gastronomia). • Explorar a relação da floresta e albufeira enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas. • Promover um desenvolvimento sustentado de Espaços Industriais / Armazenagem, Serviços e Logística, de vertente intermunicipal, articulado com a potencialidade das acessibilidades existentes. • Criar novas áreas de aptidão turística em articulação com o património natural e construído. • Desenvolver uma base económica local que tenha como suporte a defesa dos princípios da eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental.
Requalificação Territorial e Urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes. • Consolidar Figueiró dos Vinhos enquanto sede de município, reforçando a sua função urbana. • Preservação dos valores históricos e culturais. • Reforçar a identidade concelhia.

4. Metodologia

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio), estabelece o regime a que fica sujeita a **avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente**, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/42/CE, de 27 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho e corporiza num contexto jurídico-administrativo a avaliação ambiental de determinados planos e programas, vulgarmente designada como **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)**.

De uma forma geral, o processo da AAE desenvolve-se em diversos momentos:

- Definição do âmbito e do alcance da avaliação ambiental, matérias contextualizadas no **Relatório de Fatores Críticos (RFC)**, onde se inclui a determinação dos Fatores Críticos de Decisão (FCD) que são analisados no Relatório Ambiental;
- Consulta Pública às entidades com competências no processo de AAE e integração dos pareceres e comentários efetuados no âmbito desta consulta, no Relatório Ambiental;
- Elaboração do **Relatório Ambiental** com integração das questões ambientais relevantes para a análise do Plano;
- **Participação Pública** (Proposta do Plano, Pareceres e Relatório Ambiental);
- Elaboração da **Declaração Ambiental** (por parte da entidade responsável pela elaboração do Plano, no presente caso a Câmara Municipal) e aprovação pela Assembleia Municipal. Esta declaração destina-se a informar o público e as entidades consultadas sobre a decisão, mais propriamente, sobre a forma como as considerações ambientais foram tidas em consideração durante a preparação e elaboração do Plano, e apresentar o programa e as medidas de controlo;
- Acompanhamento da execução do Plano e **Monitorização** da AAE. Nesta fase, a Câmara Municipal deverá **avaliar e controlar os efeitos significativos do ambiente decorrentes da aplicação / execução do plano**, verificando se estão a ser cumpridas as medidas constantes da Declaração Ambiental.

A caracterização de cada um dos FCD definidos para a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos envolveu a integração dos seguintes elementos:

- Análise da situação existente e das principais tendências;
- Efeitos esperados e avaliação de oportunidades e ameaças;
- Proposta de diretrizes de seguimento (planeamento, monitorização e gestão);
- Quadro de governança para a ação;
- Estabelecimento de orientações para a implementação de um plano de controlo para acompanhamento do processo, onde se inclui um programa de seguimento, com diretrizes para planeamento, gestão e monitorização.

5. Quadro de Referência Estratégico

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) estabelece as orientações de políticas ambientais e de sustentabilidade, definidas ao nível nacional, europeu e internacional, e que devem ser incorporadas na elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal.

Os instrumentos de referência identificados e analisados, como precursores de orientações estratégicas para a revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, definem o Quadro de Referência Estratégico para o plano em análise (Quadro 2) permitindo identificar os objetivos de sustentabilidade a considerar no desenvolvimento das opções do plano.

Quadro 2 - Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Instrumento	Acrónimo
Âmbito Nacional	
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial, designadamente as consideradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o próximo período de programação financeira comunitária QREN 2007-2013.	
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade	ENCNB
A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB) foi acolhida na ordem jurídica portuguesa através da resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de Outubro, vigorando até 2010.	
Plano Nacional de Alterações Climáticas	PNAC
O Programa Nacional para as Alterações Climáticas configura o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado Português.	
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS
O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2007–2013 tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.	
Plano Sectorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 constitui um instrumento de gestão territorial na concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.	
Estratégia Nacional para a Energia	ENE
A estratégia para o sector energético constitui um fator importante de crescimento da economia portuguesa e da sua competitividade, para além de ser uma peça vital ao desenvolvimento sustentável do País.	
Plano Nacional da Água	PNA
O Plano Nacional da Água define as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação atual e na definição de objetivos a alcançar através de medidas e ações, de acordo com o Decreto-Lei nº 45/94 de 22 de Fevereiro.	
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II	PEAASAR II

Instrumento	Acónimo
O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II estabelece as orientações e fixa os objetivos de gestão e proteção dos valores ambientais associados aos recursos hídricos no horizonte 2007-2013.	
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.	
Plano de Gestão das Bacias que integram a Região Hidrográfica 5 - Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo	PGRH do Tejo
Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) é um plano sectorial que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais, envolve os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e proteção do ambiente.	
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos	PERSU 2020
O PERSU 2020 estabelece a visão, os objetivos, as metas globais e as metas específicas por Sistema de Gestão de RU, as medidas a implementar no quadro dos resíduos urbanos no período 2014 a 2020, bem como a estratégia que suporta a sua execução, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais e comunitárias nesta matéria.	
Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural	PEND Rural
O Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PEN DR) define a Estratégia Nacional para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural.	
Plano Rodoviário Nacional - 2000	PRN – 2000
O atual Plano Rodoviário Nacional (Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho, Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho, pela Declaração de retificação nº 19-D/98 e pelo Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de Agosto) define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional.	
Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020)	PETI3+
O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020 caracteriza-se, no que respeita aos objetivos estratégicos para o horizonte 2014-2020, pela proposta de um equilíbrio entre um esforço de promoção do crescimento, um esforço reformista e de promoção da sustentabilidade do sistema de transportes e um esforço de coesão social e territorial.	
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT
O Plano Estratégico Nacional do Turismo serve de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional nos próximos anos.	
Proposta para a Estratégia de Proteção dos Solos	PEPS
A Proposta para Estratégia de Proteção dos Solos configurará o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento dos objetivos de proteção e prevenção da degradação dos solos bem como da sua utilização sustentável.	
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior	PROF - PIN
O Plano Regional de Ordenamento da Floresta do Pinhal Interior Norte vincula os instrumentos de política sectorial que incidem sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.	
Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia	POACBSL
O Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia é um plano especial de ordenamento do território.	
Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode	POACB
O Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo de Bode é um plano especial de ordenamento do território.	
Âmbito Regional	
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	PROT-C

Instrumento	Acrónimo
O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro é o instrumento de gestão territorial que estabelece a definição para o uso, ocupação e transformação do solo, a integração das políticas sectoriais no ordenamento do território e na coordenação das intervenções e as orientações para a elaboração dos PMOT.	
Outros Planos	
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio de Figueiró dos Vinhos	PMDFCI – Figueiró dos Vinhos
Os PMDFCI desenvolvem as orientações de planeamento Nacional e Regional segundo as normas da Portaria nº 1139/2006 de 25 de Outubro e as orientações técnicas estabelecidas pela DGRF.	

6. Fatores Críticos de Decisão

Os FCD constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE e identificam os aspetos que deverão ser considerados aquando da tomada de decisão. O objetivo da definição dos FCD é assegurar a focagem da AAE, estabelecendo o alcance da avaliação de forma a perceber o enquadramento em que esta se realiza.

Através da análise conjunta das Opções Estratégicas apresentadas na proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos (QE), estabelecidas no Quadro 1, dos objetivos de cada um dos instrumentos (QRE) listados no Quadro 2, e tendo em consideração os fatores ambientais (FA) estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio (na alínea e), n.º 1, artigo 6º, no que respeita à “*biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitectónico e arqueológico, paisagem e a inter-relação entre todos estes fatores*”), definiram-se os **Fatores Críticos de Decisão** (Figura 1).

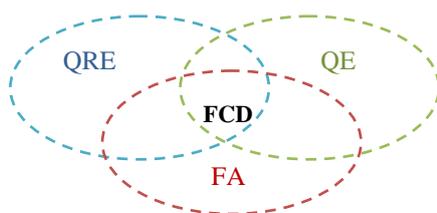


Figura 1 - Representação esquemática da determinação dos FCD (Partidário, 2007).

Neste contexto, os **Fatores Críticos de Decisão** que reúnem os aspetos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes para a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, foram:

- Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade
- Biodiversidade e Conservação da Natureza
- Património Cultural
- Qualidade Ambiental
- Riscos Ambientais

Para cada um dos FCD, foram definidos diferentes domínios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores que contribuirão para avaliar a viabilidade e sustentabilidade da estratégia preconizada nas grandes opções da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, pretendendo facilitar a avaliação e contribuir para uma tomada de decisão consciente e adequada. No Quadro 3 encontram-se identificados os domínios de avaliação e os respetivos indicadores.

Quadro 3 – Domínios de avaliação e indicadores relativos a cada FCD definido

FCD	Domínios	Indicadores
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Competitividade e Desenvolvimento Regional	<ul style="list-style-type: none"> • População Ativa • Evolução da População Ativa por Atividades Económica • Atividades Económicas Instaladas no Concelho • Espaços empresariais estruturados e infra-estruturados
	Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"> • População Residente • Densidade Populacional • População Residente por Grupos Etários • Rede Viária • Espaço urbano e urbanizável • Estrutura Ecológica Urbana • Espaço Industrial • Espaço Turístico • Espaço Florestal • Regime Florestal • Espaço Natural (Rede Natura) • REN • RAN • Espaço Agrícola • Projetos de melhoria da rede viária • Evolução do volume de tráfego • Número de acidentes • Rede de Transportes Coletivos • Capacidade dos interfaces modais • Infra-estruturas (água, saneamento, gás, eletricidade)
	Qualidade de Vida	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços verdes / Áreas Naturais • Espaço Público • Projetos de Mobilidade • Equipamentos Utilização Coletiva
	Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Infra-estruturas de turismo e lazer • Equipamentos de turismo e lazer • Percursos Pedestres/Ciclovias • Ecossistemas ribeirinhos de suporte às atividades de uso sustentável • Projetos de requalificação de áreas ribeirinhas
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas	<ul style="list-style-type: none"> • Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas • Ações de manutenção/gestão de elementos de valorização da paisagem (galerias ripícolas, regadios tradicionais) • Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados • Plano de gestão para Área Classificada • Espécies com estatuto de protecção • Espécies ameaçadas • Ações de conservação de espécies • Habitats prioritários • Ações de conservação de habitats
	Estrutura Ecológica Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas/sistemas biofísicos integrados em espaços de EEM
	Gestão, Conservação e Valorização da Floresta	<ul style="list-style-type: none"> • Zonas de Intervenção Florestal • Área de floresta de conservação • Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s) • Áreas de distribuição das espécies vegetais invasoras

		<ul style="list-style-type: none"> • Ações de controlo de espécies vegetais invasoras • Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais
Património Cultural	Identidade Histórica e Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção) • Reabilitação de edifícios urbanos degradados • Imóveis classificados • Imóveis inventariados • Intervenções de manutenção/preservação do património arquitectónico e arqueológico • Aldeias de Xisto • Atividades culturais • Ações de divulgação cultural
Qualidade Ambiental	Solo	<ul style="list-style-type: none"> • Densidade populacional • Produção e valorização de resíduos
	Água	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade da água superficial e subterrânea de acordo com os fins a que se destina • Qualidade das águas balneares • Consumo de água • População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo • Perdas no sistema de abastecimento • Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água • População servida por sistema de drenagem de águas residuais • População servida por sistema tratamento de águas residuais
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> • População exposta a níveis sonoros superiores aos limites legais
	Ar	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade do ar • Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites • Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão • Projetos com adoção de soluções que tenham em vista a mobilidade sustentável
	Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia (gás, eletricidade) • Projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética • Produção de energia através de recursos renováveis
Riscos Ambientais	Incêndio	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de ocorrência de incêndios • Área ardida • Número de edifícios afectados • Corporações de bombeiros existentes no concelho
	Erosão	<ul style="list-style-type: none"> • Uso do solo • Topografia do terreno • Ocorrência de erosão
	Cheias	<ul style="list-style-type: none"> • Caudal dos rios • Precipitação • Áreas inundadas • Ocorrência de cheias
	Sismicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Número de acontecimentos de sismo sentidos pela população • Perdas de bens, naturais e materiais • Intensidade sísmica do concelho
	Riscos Industriais	<ul style="list-style-type: none"> • Número de ocorrências de explosão • Área de terreno afetada em resultado de ocorrência de derrame • Número de empresas com planos de prevenção e minimização de riscos industriais • Número de indústrias/empresas com planos e procedimentos de protecção individual

6.1. Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade

O FCD “Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade” pretende identificar as potencialidades e/ou constrangimentos e os respetivos efeitos, sobre a estruturação e organização territorial, que podem resultar da implementação da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, considerando o seu enquadramento, nos objetivos estratégicos definidos, como base de todo este processo de revisão. Os objetivos estratégicos definidos visam contribuir para um melhor e mais equilibrado ordenamento e estruturação do território, para um posicionamento estratégico e uma capacidade competitiva mais forte do município face ao enquadramento regional onde se insere e, finalmente, para a melhoria da qualidade de vida da população.

A análise SWOT efectuada (Quadro 4) pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características relacionadas com o ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade e das tendências existentes ao nível do concelho de Figueiró dos Vinhos reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise.

Quadro 4 - Análise SWOT no âmbito do FCD “Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade”

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Localização estratégica no espaço de intermediação / espaço charneira: transição Norte / Sul – Litoral / Interior Boas acessibilidades externas Manutenção de um espaço público característico dos séculos XIX e XX, com jardim público, equipamento sociais, espaços de convívio Grande variedade de paisagens: montanha, floresta, cursos de água, praias fluviais, albufeiras, aldeias tradicionais (rede de aldeias de xisto) Importantes áreas naturais, nomeadamente os ecossistemas ribeirinhos e a floresta autóctone Plano Intermunicipal da Floresta (PEFICA) Presença de uma Escola Técnica e Profissional e reforço de relações com o tecido empresarial da região Aumento da taxa de atividade Diminuição da taxa de desemprego 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição da população residente Envelhecimento da população Perda de importância do sector agrícola para a base económica local Assimetrias entre as freguesias rurais e os núcleos urbanos Insuficiente oferta em termos de qualidade e quantidade dos estabelecimentos hoteleiros Dispersão do território
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Promoção e aproveitamento sustentável dos recursos naturais existentes, como forma de potenciar a atividade turística Aproveitamento da localização estratégica como forma de fomentar o desenvolvimento do concelho Recuperação e valorização paisagística dos vales e linhas de água Grande importância do recurso florestal Elaboração do Plano de Mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Abandono das zonas mais periféricas e isoladas e das atividades tradicionais, nomeadamente a agricultura Descaracterização dos meios urbanos pela pressão urbanística Baixa capacidade de atração de investimentos e população Localização periférica relativamente aos centros regionais mais próximos

6.2. Biodiversidade e Conservação da Natureza

Constitui objetivo de análise no presente FCD - Biodiversidade e Conservação da Natureza - a avaliação dos impactes de natureza estratégica decorrentes da execução das opções da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos sobre um conjunto de domínios, que se revelam importantes para a conservação e valorização do património natural do território em causa. É igualmente objetivo da AAE analisar as oportunidades e riscos sobre os valores naturais identificados que poderão decorrer da aplicação da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal.

A análise SWOT efectuada (Quadro 5) pretende apoiar a caracterização de referência verificada para o concelho e permitir a realização de um diagnóstico geral. Reflete o resumo das características relacionadas com o património natural e das tendências existentes ao nível do concelho de Figueiró dos Vinhos reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise.

Quadro 5 - Análise SWOT no âmbito do FCD “Biodiversidade e Conservação da Natureza”

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Área Classificada (Sítio Serra da Lousã) • Alguns focos de floresta autóctone residual • Zonas naturais e seminaturais, com valor ambiental (Serra da Lousã, Albufeiras, Rio Zêzere, Ribeiras) Diversidade de paisagens: montanha, floresta, cursos de água, albufeiras <ul style="list-style-type: none"> • Dinâmicas de lazer em espaço natural 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de gestão para os valores ecológicos presentes no Concelho • Desconhecimento da distribuição dos valores naturais e do seu estado de conservação • Extensa área florestal com predominância de eucalipto e presença de exóticas invasoras
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Planos de gestão específicos para os valores ecológicos na área classificada • Promoção e aproveitamento sustentável dos recursos naturais existentes, como forma de potenciar a atividade turística • Acesso a instrumentos de financiamento comunitário para projetos que visem a sustentabilidade das atividades de valorização dos produtos endógenos (património natural e cultural) • Recuperação e valorização paisagística dos vales associados a cursos de água • Conservação e valorização da floresta 	<ul style="list-style-type: none"> • Proliferação de espécies exóticas invasoras • Risco de incêndio • Perda de biodiversidade • Degradação da qualidade da água • Falta de recursos humanos e financeiros com vista à correta gestão da biodiversidade existente na área classificada do município • Alterações climáticas

6.3. Património Cultural

O património cultural de um território é fruto da sua história e revela a sua evolução ao longo dos tempos. Desde as tradições e costumes até ao património físico e factos históricos, todos eles contribuem para caracterizar e melhor compreender as dinâmicas e vivências em épocas passadas e como isso se revela na atualidade.

Ao nível da identidade cultural e histórica, este FCD tem como objetivos de sustentabilidade preservar edifícios históricos bem como outras características culturais importantes. Visa ainda fomentar a reabilitação e ocupação de edifícios, nas proximidades de centros históricos, e valorizar a diversidade e a identidade local. A avaliação deste fator pretende determinar os aspetos que as ações preconizadas no

futuro PDM poderão desenvolver e qual a sua influência no património cultural local, contribuindo para a protecção e gestão do património cultural eventualmente afetado.

A análise SWOT efectuada (Quadro 6) pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características relacionadas com o património cultural e das tendências existentes ao nível do concelho de Figueiró dos Vinhos reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise.

Quadro 6 - Análise SWOT no âmbito do FCD “Património Cultural”

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Rede municipal de percursos pedestres implementados • Condições naturais excelentes para a prática de atividades de turismo e lazer • Bons exemplos de arquitetura erudita, religiosa e popular • Centralidade do Centro Histórico • Intervenções ao nível da requalificação urbana e boa conservação dos principais monumentos • Existência de atrativos turísticos • Património Cultural Edificado de grande valor • Existência de Monumento Nacional e de Imóveis de Interesse Público • Património religioso valioso • Existência de valioso património arqueológico – duas unidades proto industriais de depuração e transformação (Engenho de Machuca e Ferrarias da Foz do Alge) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraco envolvimento dos atores locais • Inexistência de uma estratégia de marketing face às potencialidades do território • Animação cultural a nível concelhio pouco explorada • Falta de dinamismo dos operadores privados em potenciar os recursos • Alguma degradação do parque habitacional no Centro Histórico • Estrutura urbana encontra-se desajustada dos atuais modelos de mobilidade, devido à morfologia e escala do centro histórico • Fraca oferta de unidades hoteleiras • Inexistência de Carta Arqueológica
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitar o potencial turístico relacionado com os recursos naturais existentes no concelho • Preservação do património arquitetónico como desenvolvimento do sector turístico do concelho • Possibilidade de estabelecimento de rotas temáticas para públicos-alvo específicos • Definição de percursos pedonais, onde se privilegie o contacto com a natureza e com o património histórico-cultural e arquitetónico do concelho • Aposta na introdução de novos equipamentos, como Auditório ou Casa da Cultura • Dinamização de grupos de índole cultural existentes: Banda Filarmónica, Rancho Folclórico, Grupos musicais, etc 	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação ambiental • Não preservação e conservação do património edificado e cultural por falta de informação, verba ou investimento • Perda da identidade concelhia pelo “esquecimento” da cultura • Falta de capacidade regeneradora da população, assim como da vitalidade social e económica • Falta de interesse por parte da população em requalificar um Centro Histórico muito degradado • Degradação e eventual abandono por parte da população • Possibilidade de destruição de vestígios arqueológicos não inventariados (muito suscetíveis à destruição) pela ausência de Carta Arqueológica

6.4. Qualidade Ambiental

A qualidade ambiental de uma região constitui um fator importante para a qualidade de vida da população humana e, relacionada com os critérios de ordenamento do território, poderá contribuir para altos níveis de competitividade e de desenvolvimento sustentável de uma região.

A proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos e as ações nele preconizadas poderão trazer consigo potenciais impactes ambientais ao nível do solo, da qualidade dos recursos hídricos, da qualidade do ar e dos níveis de ruído. Por essa razão foram definidos como domínios de avaliação do FCD - Qualidade Ambiental o “Solo”, a “Água”, o “Ruído”, o “Ar” e a “Energia”

Neste âmbito, o fator crítico de decisão “Qualidade Ambiental”, tem como principais objetivos ambientais e de sustentabilidade: minimizar o impacto provocado por resíduos; promover uma política adequada de

gestão de resíduos; garantir a protecção e conservação dos recursos hídricos; garantir serviços de abastecimento de água para consumo e de drenagem e tratamento de águas residuais; promover um consumo eficiente da água; garantir que a população não é afetada por níveis elevados de ruído; reduzir os níveis de poluição do ar; promover um aumento da eficiência energética e fomentar a utilização de fontes de energia renovável.

A análise SWOT efetuada (Quadro 7) pretende apoiar a caracterização de referência verificada para o concelho e permitir a realização de um diagnóstico geral. Reflete o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho de Figueiró dos Vinhos reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise.

Quadro 7 - Análise SWOT no âmbito do FCD “Qualidade Ambiental”

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Valor natural e paisagístico de cursos de água • Totalidade da população abrangida por sistema de abastecimento de água para consumo humano • Percentagem reduzida de população afetada por níveis de ruído • Boa qualidade do ar na Região Centro Interior • Projeto Mobilidade Sustentável • Potencial natural para a produção de energia eólica 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de controlo e potencial mau funcionamento de algumas fossas sépticas individuais • Reduzida taxa de separação de resíduos • Ocorrência de depósitos ilegais de resíduos • Reduzida cobertura da rede de saneamento e drenagem • Poluição associada à atividade industrial
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Elevadas potencialidades dos cursos de água • Elevado valor paisagístico e condições naturais excecionais para fins lúdicos e recreativos, nalguns cursos de água • Melhoria a qualidade de vida da população residente 	<ul style="list-style-type: none"> • Contaminação do solo e da água por deposição indevida de resíduos e poluição difusa • Possível deterioração da qualidade do ar devido à laboração de empresas

6.5. Riscos Ambientais

Face à situação geográfica de Portugal, às suas características geológicas e climáticas, e tendo em conta o atual contexto e cenários de alterações climáticas, exige-se uma gestão preventiva dos diversos riscos naturais e antrópicos que possam surgir. Decorrente das diferentes ações que o Homem tem sobre o Ambiente, a previsão e a prevenção de riscos ambientais deverá ser um dos fatores cruciais na análise e avaliação dos diferentes planos territoriais bem como das propostas de projetos.

Na presente proposta de revisão do PDM face às características da região em avaliação, o FCD - Riscos Ambientais resultará da análise de diferentes domínios de avaliação específicos que correspondem a diferentes situações de risco, nomeadamente: Incêndio, Erosão, Cheias, Sismicidade e Riscos de Acidentes Industriais. Em acréscimo a todos os fatores que mereçam gestão e prevenção do risco pelas diferentes características que lhes estão inerentes, acresce ainda o facto de estarmos perante um território que integra em si uma classificação na Rede Natura 2000 a qual importa preservar e acautelar face à possibilidade de ocorrência de riscos ambientais.

Os domínios de avaliação referidos apresentam como principais objetivos de sustentabilidade: reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios; adoptar boas práticas, quer de utilização, quer de conservação do solo; aumentar os níveis de protecção do solo, com conseqüente redução de situações de erosão; reduzir a ocorrência de situações de erosão; diminuir a possibilidade de ocorrência de cheia; minimizar as conseqüências provocadas pela ocorrência de sismo; prevenir a ocorrência de riscos

industriais graves e adoptar procedimentos de higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação vigente para o tipo de unidade industrial instalada.

A análise SWOT efetuada (Quadro 8) pretende apoiar a caracterização de referência verificada para o concelho e permitir a realização de um diagnóstico geral. Reflete o resumo das características relativas aos Riscos Ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho de Figueiró dos Vinhos reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise.

Quadro 8 - Análise SWOT no âmbito do FCD “Riscos Ambientais”

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de paisagem: montanha, floresta, cursos de água, praias fluviais, albufeiras • Paisagem natural preservação, com valor reconhecido e com poucos elementos perturbadores • Território com extensas áreas de floresta a qual possibilita a captura de CO2 • Localização estratégica no espaço de intermediação (transição Norte/Sul e Litoral/Interior) 	<ul style="list-style-type: none"> • Território em declínio populacional • Território com extensa mancha florestal • Alto risco de incêndios florestais • Condicionantes várias com elevada presença no concelho • Elevado risco de erosão, em virtude da zona montanhosa • Reduzida atração empresarial e redução da atividade agrícola por “abandono” das terras – desertificação • Desvalorização das zonas naturais
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Floresta: recurso natural importante e principal fonte de receitas • Promoção da floresta como recurso turístico e de lazer • Potencial para o recreio nos espaços florestais e com grande interesse paisagístico com a existência de atividades de recreio • Aproveitamento do potencial turístico face à riqueza natural e paisagística daquele território • Promover os modelos de gestão florestal • Aplicação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios • Recuperação e valorização paisagística dos vales e linhas de água 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de incêndio, florestal e industrial • Risco de acidentes industriais, como explosão e derrames • Risco de inundação e cheia • Risco de erosão • Risco de sismo

7. Oportunidades e Ameaças para o Ambiente

O Quadro 9 identifica as oportunidades e as ameaças resultantes dos principais impactes, positivos e negativos, relacionados com a implementação da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos, que poderão ter implicações ao nível dos FCD definidos: Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade, Conservação da Natureza, Património Cultural, Qualidade Ambiental e Riscos Ambientais.

Quadro 9 - Oportunidades e ameaças da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos

Oportunidades	Ameaças
FCD – Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	
<ul style="list-style-type: none"> Localização estratégica com bons acessos a Leiria, Coimbra e Castelo Branco Quadro de recursos naturais e culturais de excelência, que poderão promover e sustentar a atividade turística Existência de um conjunto de equipamentos de recreio e lazer com algum significado Área florestal de grande importância natural e socioeconómica 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição da população residente Baixa capacidade de atração de população e novas atividades empresariais Diminuição do número de empresas sedeadas no concelho Baixa rentabilização das infra-estruturas, nomeadamente as de saneamento básico
FCD – Conservação da Natureza e Biodiversidade	
<ul style="list-style-type: none"> Planos de gestão específicos para os valores ecológicos na área classificada Acesso a instrumentos de financiamento comunitário para projetos que visem a sustentabilidade das atividades de valorização dos produtos endógenos (património natural e cultural) e a promoção de atividade turística sustentável Instrumentos de referencial estratégico que reforçam a necessidade de conservação e valorização da floresta 	<ul style="list-style-type: none"> Degradação da qualidade dos ecossistemas ribeirinhos Área florestal desordenada Falta de planos de ordenamento e gestão florestal Extensa mancha florestal com Risco de incêndio Presença e proliferação de espécies exóticas invasoras
FCD – Património Cultural	
<ul style="list-style-type: none"> Aproveitar o potencial relacionado com as praias fluviais / Aldeias de Xisto / Percursos pedestres Património construído do Concelho que representa e poderá potenciar um grande desenvolvimento e interesse turístico Desenvolvimento do turismo possibilitando uma projeção e visibilidade do Concelho que contribuirá para potenciar as atividades económicas e sociais Preservação da identidade concelhia e criação de uma cultura local que valoriza o seu património Potenciar a fixação de população face a novas oportunidades, nomeadamente na área do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de estruturas e equipamentos adequados para garantir uma oferta turística de qualidade Continuação do envelhecimento da população Falta de capacidade regeneradora da população, assim como da vitalidade social e económica Falta de interesse por parte da população em requalificar um Centro Histórico muito degradado Perda de identidade do território a longo prazo caso o desenvolvimento do turismo não siga as características do património e passe a ser meramente comercial
FCD – Qualidade Ambiental	
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a percentagem da população servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais Otimizar a eficiência do sistema de abastecimento de água Redução das perdas de água no sistema de abastecimento Melhorar o sistema de gestão de RSU Aposta na criação de modelos de gestão sustentáveis do ponto de vista ambiental Melhorar a qualidade de vida da população residente Aposta em intervenções que promovam a mobilidade sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Degradação da qualidade da água superficial e subterrânea Contaminação do solo e da água por deposição indevida de resíduos Aumento da produção de resíduos Impermeabilização de solos Utilização de agro químicos Aumento da poluição associada à atividade industrial Aumento do consumo de água e de energia Possível aumento dos níveis de ruído Aumento do tráfego rodoviário Deterioração da qualidade do ar
FCD – Riscos Ambientais	
<ul style="list-style-type: none"> Criação de novos pólos de desenvolvimento económico e turístico com um aumento da competitividade do concelho Adoção de boas práticas ambientais em todas as fases de 	<ul style="list-style-type: none"> Mobilização dos solos face à implementação de novos projetos Possibilidade de ocorrência de cheia face às

Oportunidades	Ameaças
<p>construção, exploração e desativação das unidades industriais a instalar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de novas oportunidades de emprego • Recuperação e valorização paisagística dos vales e linhas de água como objetivo de potenciar o sector turístico • Desenvolvimento de novos espaços verdes de lazer os quais melhoram a qualidade de vida do concelho bem como contribuem para as taxas de sumidouro de carbono • Desenvolvimento do turismo possibilitando uma projecção e visibilidade do Concelho que contribuirá para potenciar as atividades económicas e sociais • Preservação e valorização da floresta • Preservação da componente florestal e garantia das características locais • Recuperação e valorização paisagística das linhas de água como objetivo de potenciar o setor turístico 	<p>características do território em análise</p> <ul style="list-style-type: none"> • Risco de incêndio florestal e sobre património edificado por ação antrópica • Risco de erosão dos solos em consequência da ocorrência de incêndios • Risco de derrame e explosão em consequência das atividades instaladas e a instalar nas áreas empresariais existentes e a instalar e da gestão das mesmas • Risco de erosão face às características próprias daquele território • Risco de ocorrência de sismo • Possibilidade de perda das características do espaço florestal e utilização insustentável do mesmo por ação do poder económico em redor da sua valorização comercial com consequências na sua preservação e manutenção • Em consequência do ponto anterior, redução da capacidade e dos índices de sumidouro de carbono

A minimização das ameaças e o realce das oportunidades identificadas contribui para maximizar as potencialidades da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

8. Diretrizes para Seguimento

As diretrizes de seguimento constituem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade.

Neste contexto, com base nos indicadores identificados e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do plano pode ter sobre estes, sugerem-se algumas recomendações para que a proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade definidos para o FCD “**Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade**”:

- Garantir uma imagem urbana atrativa;
- Identificar e resolver situações que provoquem eventuais conflitos de usos com o meio urbano;
- Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos;
- Controlar e manter os raios de acessibilidade da população a cada um dos equipamentos, em níveis satisfatórios e adequados;
- Controlar a edificabilidade no Solo Rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola;
- Arranjar soluções que permitam rentabilizar as infra-estruturas existentes e/ou a criar;
- Fomentar a organização de ações de formação profissional bem como a sua frequência, nas áreas de maior necessidade;
- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada;
- Criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, nomeadamente em termos de emprego;
- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infra-estruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas;
- Definir uma Estratégia de Turismo Sustentável, baseada na promoção e valorização dos recursos naturais e culturais endógenos;
- Garantir boas condições de acessibilidade para todos em todos os edifícios que instalem serviços direcionados para o público;
- Desenvolver ações de sensibilização para a proteção da floresta;
- Promover a conservação e valorização da biodiversidade e do património natural;
- Definir orientações para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes.

De forma a permitir uma valorização adequada da “**Conservação da Natureza e Biodiversidade**” existente no concelho de Figueiró dos Vinhos, propõem-se linhas de orientação e recomendações, que pretendem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM:

- A aplicação, na Área Classificada, das orientações de gestão inscritas no Plano Setorial da Rede Natura 2000;
- Incentivar ações de monitorização do grau de conservação dos habitats naturais e das espécies protegidas;

- Incentivar a execução de ações específicas de conservação para dos habitats naturais e espécies protegidas;
- Considerar o investimento na manutenção e valorização de áreas naturais como o garante da sustentabilidade de atividades de turismo em espaço natural;
- A eventual implementação de trilhos pedestres em RN2000, deverá acautelar a incidência de impactes sobre os valores naturais aí presentes relativamente aos possíveis benefícios que a sua utilização poderá proporcionar no âmbito da valorização do território, e seguir as orientações de gestão para os diferentes habitats;
- Recomenda-se o estudo da capacidade de carga dos espaços naturais assim como a definição e obrigação de cumprimento de regras de boa conduta que preservem os recursos naturais por forma a não comprometer a qualidade, a viabilidade e a sustentabilidade desses recursos e destinos de turismo em espaços naturais;
- Melhorar as práticas agrícolas, com particular destaque para as que se realizam próximo de cursos de água, com vista à conservação de corredores ribeirinhos e da fauna aquática;
- Condicionar a parecer de entidade competente as ações de limpeza e corte de árvores em zonas ribeirinhas com vista à conservação da vegetação ripícola e salvaguarda dos habitats naturais presentes;
- Controlar a presença e proliferação de espécies vegetais não indígenas, no concelho em geral, mas com especial incidência e prioridade nas áreas com maior valor ecológico;
- Promover a utilização de espécies autóctones nos espaços públicos como forma de valorizar o património e a identidade natural do concelho;
- Em território abrangido pela área classificada deverão ser analisadas as pretensões de ações e de implementação de projetos tomando em consideração a tabela de "condições e critérios de avaliação de incidências ambientais" que se encontra divulgada para o Sítio PTCO0060 – Serra da Lousã na "Ficha do Sítio", em função do recomendado no PSRN2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho), aplicando-se para a avaliação de impacte ambiental o procedimento definido Decreto-Lei nº 69/2000, de 3 de Maio, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 197/2005, de 8 de Novembro).

De forma a permitir uma valorização adequada do **Património Cultural** existente no concelho de Figueiró dos Vinhos, propõem-se as seguintes linhas de orientação e recomendações, relativas ao domínio de avaliação considerado:

- As intervenções realizadas ao nível do património inventariado deverão ser apenas ações de recuperação e valorização, não permitindo a demolição de edifícios ou elementos;
- Sempre que essas ações possam diminuir ou prejudicar o seu valor patrimonial (alterações arquitetónicas e construtivas ou alterações volumétricas) a Câmara Municipal pode indeferir essas intervenções;
- Deve ser solicitado parecer prévio à entidade da tutela quando ocorram trabalhos que envolvam a alteração do solo, nas áreas inventariadas;
- Deverão ser estabelecidos procedimentos específicos de salvaguarda arqueológica no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (Plano de Urbanização e Plano de Pormenor), de acordo com a legislação aplicável;

- Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património concelhio, sempre que seja necessária a execução de infra-estruturas que tragam implicações sobre este património;
- Sempre que haja ocorrência de achados arqueológicos, no seguimento de intervenções no território (trabalhos de reflorestação e infra-estruturação), terá de ser comunicado às entidades municipais e estaduais responsáveis pelo património cultural ou à autoridade policial;
- Fomento da inclusão, em planos e programas futuros a elaborar pela autarquia, do registo dos hábitos culturais dos seus habitantes, de forma a ir ao encontro das suas necessidades;
- Definição de percursos pedonais, para conferir um contacto mais próximo entre o observador e a zona histórica;
- Fomento da requalificação urbana: consolidação da malha edificada, criação de espaços públicos com zonas verdes e identificação de ações necessárias no parque edificado existente, essencialmente no que respeita à recuperação e reconversão de usos;
- Promoção do Património Cultural – manutenção e preservação das tradições locais;
- Promover atividades que interajam com a população envelhecida com o objetivo de as inserir e valorizar o seu conhecimento e saber;
- Apoiar e dinamizar os grupos de índole cultural existentes: Banda Filarmónica, Rancho Folclórico, Grupos musicais, evitando a sua extinção e se possível apoiar o aparecimento de novos grupos;
- Promover as tradições e os costumes populares de forma a evitar o seu esquecimento.

De forma a colmatar alguma falta de informação da população de Figueiró dos Vinhos em matéria de ambiente, o município tem vindo a dinamizar diversas ações de sensibilização e de educação ambiental ao longo do ano, com o objetivo de alertar a população para os problemas ambientais existentes no concelho. Com base nos indicadores identificados no âmbito do FCD “**Qualidade Ambiental**”, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do plano pode ter sobre estes, sugerem-se algumas recomendações para que a proposta de revisão do PDM possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do município:

- Erradicar focos de poluição indevida;
- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos;
- Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de um sistema de gestão de resíduos adequado, que responda às necessidades das unidades instaladas. As unidades industriais deverão ter em conta as boas práticas de gestão de resíduos, considerando o Princípio da Responsabilização e deverão cumprir os princípios da gestão de resíduos relativamente à redução, reutilização, reciclagem e recuperação dos resíduos produzidos;
- Evitar a utilização de áreas com estrutura de solo bem consolidada, equacionando para o mesmo fim a utilização de áreas em que a estrutura do solo já se encontre comprometida;
- Promover a reabilitação de solos através da utilização de espécies vegetais que favoreçam a melhoria da estrutura do solo e conseqüentemente o cumprimento das suas funções;

- Aumentar a eficiência do sistema de abastecimento de água, analisando a eventual existência de perdas, procedendo à melhoria dos modelos de exploração da rede (captação, adução, distribuição) e analisando as possibilidades de reutilização;
- Prevenir a degradação da qualidade da água nas origens de captação, através do aumento da cobertura da rede de saneamento e drenagem de águas residuais, da melhoria do tratamento de águas residuais, da erradicação de focos de poluição e sensibilização, combate à poluição difusa e reabilitação e valorização de corredores ribeirinhos e envolventes de barragens;
- Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de sistemas de gestão eficientes para garantir o destino final adequado das águas residuais domésticas e industriais;
- Promover o uso sustentável da água, através de ações de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo;
- Preservar zonas sensíveis e mistas com níveis sonoros regulamentares;
- Assegurar que o surgimento de novas atividades económicas seja acompanhado pela implementação de sistemas de gestão eficientes para garantir o tratamento adequado de emissões poluentes para a atmosfera;
- Criação de condições que favoreçam a adoção de meios de transporte mais sustentáveis (mobilidade sustentável) que além de beneficiar o ambiente urbano, em termos de qualidade do ar, também melhora a comodidade acústica e a vivência urbana;
- Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético;
- Fomentar a produção de energia a partir de fontes de energia renovável.

No que respeita aos FCD “**Riscos Ambientais**”, tendo como base os indicadores definidos, foram identificadas algumas medidas a ter em consideração, nomeadamente ao nível do risco de incêndio, risco de erosão, risco de cheia, sismicidade e riscos industriais.

Apresentam-se de seguida as medidas de acompanhamento a ter em conta face à possibilidade de ocorrência de Risco de Incêndio:

- Avaliação periódica do risco de incêndio no Concelho e divulgação do mesmo;
- Implementação de planos de prevenção e combate a incêndios florestais e sobre património edificado (pontos de água, equipas de prevenção, sistemas de alerta e combate, equipamentos disponíveis, etc.);
- Limpeza florestal regular dos terrenos - Limpeza selectiva de matos, acessos e caminhos, faixas corta fogos, aceiros, pontos de água, etc;
- Elaboração de relatórios de situações de risco e/ou emergência face à probabilidade/ocorrência de incêndio florestal ou sobre património edificado, com avaliação do espaço ardido (número de acontecimentos, ha área ardida, edifícios afetados, população humana afetada), tempos de resposta dos meios de intervenção (min) bem como das perdas patrimoniais em consequência de incêndio (euros);
- Cumprimento dos requisitos de correcto manuseamento de máquinas e equipamentos e de higiene e segurança;

- Para protecção ao risco de incêndio florestal, adoção da Faixa de Gestão de Combustível, compartimentação da mancha florestal alternando a floresta com áreas agrícolas e criação de faixas, ou manchas, de descontinuidade ao longo das redes viárias;
- Adoção de técnicas construtivas dos edifícios que contribuam para o aumento da resistência destes ao risco de incêndio.

Os processos erosivos têm comportamentos diferenciados, que dependem das características do meio físico e também das intervenções antrópicas. Sendo assim, as medidas de acompanhamento a ter em conta face à possibilidade de ocorrência de Risco de Erosão são as seguintes:

- Implementação de medidas estruturais que envolvam microdrenagem, macrodrenagem, estabilização de talvegues e taludes e medidas não estruturais (preventivas) como por exemplo realizar o planeamento urbano e a gestão do uso do solo nas áreas identificadas com risco de erosão;
- Sempre que se registar a necessidade de uma nova construção, deverão ser tidas em consideração as medidas que acautelem os processos erosivos do solo devendo para tal, quando necessário, ser equacionadas medidas de estabilização de taludes, contemplando as necessárias intervenções de reflorestação;
- Deverão ser asseguradas todas as condições de estabilidade sobretudo ao nível da abertura de taludes e aterros construídos;
- Estes mesmo taludes e aterros devem manter funcionais todas as estruturas de drenagem construídas. A sua reflorestação evitará a escorrência das águas, garantindo a sua estabilidade e diminuindo os riscos de erosão;
- Fomentar a reabilitação ecológica da área florestal e outras onde tal seja possível através da implementação de um plano de requalificação do coberto vegetal, designadamente nas áreas de REN classificadas como áreas com risco de erosão;
- Estabelecimento de um plano de prevenção da erosão urbana com base no ordenamento do assentamento urbano, estabelecendo-se normas básicas para evitar problemas futuros e evitar situações que favoreçam o desencadeamento do processo erosivo; no caso dos espaços já ocupados, reduzir ou eliminar os possíveis efeitos negativos dessa ocupação;
- Nas avaliações do impacto de infra-estruturas subterrâneas e de superfície, bem como das construções urbanas, o Concelho deverá ter em conta os seus efeitos sobre o fluxo natural das águas superficiais e subterrâneas, incluindo medidas de conservação do solo permeável e tenha igualmente em conta o efeito da fragmentação de leitos naturais, espaços e habitats aquando da sua planificação;
- Numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, a topografia, a estrutura e o relevo natural do terreno deverão ser respeitados durante os processos de urbanização, sendo necessário: limitar a impermeabilização do solo e a deformação da morfologia natural e do relevo bem como um maior controlo sobre o desaparecimento dos solos e prevenção do impacto ambiental;
- No que se refere às infra-estruturas rodoviárias, deve ser acautelada a degradação do solo visto que aquelas constituem uma ameaça em consequência da sua impermeabilização e compactação (como consequência da pressão exercida pelos meios de transporte pesados) e à compartimentação dos ecossistemas;

- Devem ainda ser tidas em consideração a implementação de medidas de prevenção da erosão hídrica e de proteção do solo, já que estas contribuem para a redução do risco de cheias.

Ao nível dos Riscos de Cheia e inundação, devem ser equacionadas algumas medidas que previnam estes riscos naturais, sendo elas:

- Estabelecimento do zonamento do risco de cheia com identificação clara das fragilidades e condicionamentos daquelas zonas bem como estabelecimento de um plano de prevenção, alerta e minimização dos efeitos face à ocorrência de eventos desta natureza;
- Os processos de licenciamento de obras devem assegurar que as intervenções nas linhas de água sejam amplas e não apresentem estrangulamentos por via de construção de travessias, para que a água que converge rapidamente para as depressões, oriundas das áreas adjacentes, tenha condições para uma rápida drenagem para os grandes cursos de água;
- Assegurar que áreas adjacentes a zonas a intervencionar apresentem sectores permeáveis significativos, nomeadamente, assegurar a manutenção e/ou criação de espaços verdes, permitindo desta forma a infiltração da água da chuva;
- As linhas de drenagem devem ser libertas de qualquer intervenção e limpas com alguma regularidade, pois poderão ser importantes durante episódios de forte intensidade de precipitação.

No que concerne às medidas de acompanhamento face ao Risco de ocorrência de Sismos as mesmas são:

- Estabelecimento de regras adequadas à construção anti-sísmica, em função dos índices de intensidades de perigosidade do Concelho;
- Estabelecimentos de planos de prevenção e emergência face à ocorrência de sismos;
- Promoção de ações de informação e sensibilização da população e instituições;
- Promoção da realização de exercícios de simulação;
- Elaboração de estudos anuais concelhios no que se concerne a esta temática.

As medidas de acompanhamento a ter em conta face à possibilidade de ocorrência de Riscos Industriais são as seguintes:

- Sempre que se justificar, proceder à instalação de bacias de retenção;
- O pavimento das instalações deverá ser impermeável e anti-derrapante e possuir uma ligeira inclinação que permita o fácil escoamento em situações de ocorrência de derrame;
- As regras e boas práticas de armazenagem de produtos químicos ou outros, bem como de resíduos e óleos devem ser salvaguardadas, devendo estes locais, quando for necessário, possuir extração forçada de ar;

- Todos os produtos químicos utilizados devem ser acompanhados pelas respetivas fichas de segurança;
- Os locais de armazenamento devem estar isolados da exposição direta ao sol e deverão possuir também uma ventilação adequada de modo a evitar a acumulação de vapores tóxicos;
- Os locais de trabalho devem estar dotados dos meios necessários para um combate eficaz a incêndios, preferivelmente, instalação de meios automáticos de deteção e extinção de incêndios e adicionalmente, os meios manuais, ex.: extintores;
- Deverão ser criados planos de manutenção periódica dos equipamentos;
- Deverão existir sistemas adequados de extração de gases e vapores;
- Deverá ser assegurado o planeamento, realização e registo de programas de manutenção e inspeções regulares que assegurem que o equipamento e instalações se mantêm adequadas aos riscos e com as características com que foram concebidas, construídas e instaladas;
- Deverão ser realizadas inspeções regulares dos meios de proteção contra explosões, incluindo: vias de evacuação, meios de combate a incêndios, meios de deteção de incêndios, meios de deteção de atmosferas explosivas, selagens das tubagens elétricas;
- Consoante a natureza e a finalidade dos locais a proteger dos efeitos de um acidente num edifício contendo produtos que oferecem risco de fogo ou de explosão, assim se devem distinguir, por ordem crescente de exigências de segurança, identificação e estudo dos perigos e avaliação dos riscos, medidas técnicas de projeto, sistemas de segurança, construção, seleção de substâncias químicas, de operação, de manutenção e inspeção sistemática da instalação;
- Atuar ao nível da conceção e métodos de funcionamento das instalações, de maneira a eliminar vapores, gases ou poeiras inflamáveis, e adotar procedimentos corretos de evacuação;
- Garantir a instalação de dispositivos para detetar aumentos da pressão finos recipientes e de sistemas automáticos de redução de gases, destinados a evitar explosões.

De referir ainda que, para que a Proposta de Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, importa que seja definido um **Plano de Ação** e que este seja concretizado e monitorizado. Este Plano apresenta os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação do PDM de Figueiró dos Vinhos. As metas nele estabelecidas deverão ser alcançadas, prevendo-se que a reunião de informação adicional possa conduzir à revisão, adição ou ajuste de medidas e de metas estabelecidas.

9. Quadro de Governança

O quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da implementação do PDM de Figueiró dos Vinhos, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano.

Desta forma, são identificadas as entidades e os agentes que se considera terem um papel fundamental na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na proposta de revisão do PDM, auferindo-lhes os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial (Quadro 10).

Quadro 10 - Quadro de Governança para a Ação

Entidades	Ações
Agência Portuguesa do Ambiente/Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	-Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água e da qualidade do ar. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública. -Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Administração Regional da Saúde do Centro, IP	-Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP	- Manter atualizados e divulgar os relatórios provisórios dos incêndios florestais. - Monitorizar o estado de conservação dos valores naturais em Área Classificada. - Acompanhar processos que careçam de avaliação ambiental na Área Classificada (designadamente Avaliação de Impacte Ambiental e Análise de Incidências Ambientais). - Orientar operações de remoção de espécies não indígenas com carácter invasor em Área Classificada.
Autoridade Nacional de Proteção Civil	- Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Garantir o acompanhamento na articulação das orientações e das políticas regionais de proteção civil com o Plano Municipal de Emergência. - Colaborar na informação e divulgação dos riscos de cheias/inundação bem como de acidentes graves e sismos.
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA	-Garantir e acompanhar todo o processo de recolha e tratamento de Resíduos.
Direção Geral do Património Cultural	- Proceder à monitorização e gestão das ações previstas para o desenvolvimento e execução do Plano (como entidade que tutela os bens classificados)
Direção Regional de Cultura do Centro	- Proceder à monitorização e gestão das ações previstas para o desenvolvimento e execução do Plano (como entidade que tutela o património arqueológico)
Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos	-Desenvolver processos de participação pública. -Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. -Tratar os espaços não edificados e garantir um enquadramento paisagístico adequado. -Garantir e operacionalizar a recolha e tratamento de resíduos. -Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável. -Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. -Promover ações de formação e valorização profissional. -Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
GNR – SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente	- Garantir a prossecução de ações de fiscalização na Área Classificada do Município de Figueiró dos Vinhos.
Juntas de Freguesia	-Operacionalização de operações de gestão de resíduos. -Fomentar diferentes formas de participação pública.
População em geral	-Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. -Participar ativamente nos processos de consulta pública.

10. Considerações Finais

No presente relatório, a caracterização do objeto de avaliação foi desenvolvida tendo por base a informação disponível, estando metodologicamente adaptada ao grau de maturidade dos trabalhos da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.

Foram tidas em consideração quatro Opções Estratégicas da proposta de revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos:

- ↘ Consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas
- ↘ Valorizar e Preservar os Recursos Naturais e Culturais
- ↘ Potenciar a Economia do Concelho
- ↘ Requalificação Territorial e Urbana

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de Revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos foi suportado na análise de cinco fatores críticos de decisão: Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade; Biodiversidade e Conservação da Natureza; Património Cultural; Qualidade Ambiental e Riscos Ambientais. No decurso da avaliação de cada FCD foi garantida a integração de objetivos de sustentabilidade identificados nos instrumentos que constituem o Quadro de Referência Estratégico para a AAE.

Salienta-se que a proposta de um Plano de Controlo apresentada no Relatório Ambiental, para cada fator crítico de decisão, assenta numa lógica de sustentabilidade que permitirá ao Município fazer uma leitura permanente e ambientalmente correcta da sua actuação.

Neste contexto, evidencia-se a importância do acompanhamento da implementação do PDM de Figueiró dos Vinhos, através da actualização periódica do Plano de Controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, que poderão ter influência directa nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.

O presente Resumo Não Técnico estará sujeito a consulta pública, juntamente com o Relatório Ambiental e os elementos que integram a Proposta de Revisão do PDM da Figueiró dos Vinhos, para recolha de comentários/sugestões que serão tidos em consideração na emissão da Declaração Ambiental e na preparação da versão final da revisão do PDM de Figueiró dos Vinhos.